

**1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS**  
**SOCIEDADE, CONHECIMENTO E POLÍTICA**

**A omnipresença da vinha e a rejeição generalizada do trabalho  
vitícola pelos jovens: o caso de Santa Marta de Penaguião**

**Vasco Rebelo, Carlos Marques, José Portela**  
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

**Introdução**

A vitivinicultura é uma actividade vital para a região duriense, pois constitui a base em que assenta a economia regional. A produção vitivinícola gera inúmeras actividades nas áreas do comércio e dos serviços não mercantis, quer a montante, quer a jusante, formando-se assim um sistema socioeconómico bastante complexo, pela quantidade e diversidade dos agentes envolvidos e das relações que entre eles se estabelecem. Até há pouco, todo este sistema girava em torno da produção de vinho generoso, que após certificação se passa a designar Vinho do Porto, mas em anos mais recentes ele tem-se alargado, e tornado mais complexo. Isto devido à emergência dos vinhos com denominação de origem "Douro" e dos produtores-engarrafadores bem como da actividade turística associada à paisagem e à vitivinicultura.

A viticultura duriense é praticada em condições particularmente difíceis, devido à orografia da região, caracterizada por encostas de acentuado declive. Assim, as vinhas tradicionais, maioritárias na região, desenvolvem-se em socalcos murados ao longo das encostas, com diminuto espaçamento entre bardos e sem acessos. Estes sistemas de plantação tradicionais impedem, ou dificultam, a motorização da cultura, o que implica um recurso intensivo a mão-de-obra, seja ela familiar ou assalariada.

Um dos maiores problemas, senão mesmo o maior problema, com que se debate a viticultura duriense está precisamente relacionado com a escassez de mão-de-obra, com consequências quer ao nível dos custos de produção (em que o factor trabalho chega a representar 80% dos custos totais), quer ao nível da quantidade e qualidade da produção, altamente dependentes da oportunidade de realização de determinadas operações culturais. Disto são exemplo os tratamentos fitossanitários.

As referências à falta de mão-de-obra no Douro remontam aos anos setenta, mas a questão tem vindo a assumir proporções cada vez mais dramáticas (CCRN, 1982;

Almeida et al., 1982; Azevedo e Bianchi de Aguiar, 1990; Rebelo, 1995; Rebelo et al., 2001). As causas deste problema são diversas e podem ser encontradas nos movimentos migratórios que afectam a região desde a década de sessenta<sup>1</sup>, no constante envelhecimento da população, na concorrência por parte de mercados de trabalho mais atractivos, como seja o caso da construção civil, ou na generalizada desvalorização social atribuída à actividade agrícola, e que têm actuado como forças depressoras da oferta de trabalho vitícola (Rebelo et al., 2001).

O êxodo migratório foi essencialmente protagonizado por assalariados e por pequenos viticultores que constituíam parte substancial do reservatório de mão-de-obra da região (Rebelo, 1995). Os que (e)migram e os que se deslocam para outros mercados de trabalho são geralmente os mais jovens, dinâmicos e ambiciosos, daí que aquele reservatório tenha sofrido alterações tanto quantitativas como qualitativas.

O espaço de recrutamento de mão-de-obra tem-se alargado a zonas cada vez mais afastadas. É verdade que o Douro sempre necessitou de recorrer a mão-de-obra exterior, mas isso era feito principalmente apenas para a vindima. Actualmente a mão-de-obra exterior à região é procurada para a generalidade das operações culturais e ainda para o investimento na reestruturação das vinhas. Este facto exige da parte dos viticultores o investimento em estruturas de alojamento e um aumento dos encargos com o transporte dos trabalhadores, os quais não prescindem de passar os fins-de-semana nos seus locais de residência (Rebelo, 1995).

Por outro lado, tem-se observado uma crescente feminização do trabalho vitícola. Este facto tem sido fundamental para evitar um maior desequilíbrio entre a oferta e procura e a própria ruptura do mercado de trabalho vitícola. O trabalho feminino tem características algo diversas do masculino, desde logo porque as mulheres se disponibilizam para trabalhar preferencialmente à tarde, reservando as manhãs para os trabalhos domésticos (Rebelo, 1995). Por outro lado, os próprios viticultores são os primeiros a reconhecer a maior qualidade do trabalho feminino e uma maior disponibilidade para a aprendizagem. Valorizam também o maior sentido de responsabilidade e de assunção de compromissos das mulheres, que se traduz num menor abstencionismo, aspecto fundamental quando, como já referimos, dum único tratamento fitossanitário dependem os resultados duma vindima. O trabalho feminino é, assim, visto como melhor, mais produtivo e, não menos importante, é mais barato, dada a diferenciação sexual dos salários (Rebelo et al., 2001).

---

<sup>1</sup> O conjunto dos concelhos lhe integram a RDD perdeu entre 1950 e 2001 cerca de 100.000 residentes, o que significa uma redução para cerca de metade.

A dificuldade dos viticultores angariarem assalariados, assim como a sua menor predisposição para terem trabalhadores permanentes, induziu o surgimento de novos agentes no sistema vitícola duriense: os “empreiteiros de mão-de-obra”. O trabalho vitícola por empreitada permite que fique reservado ao “empreiteiro” o encargo de procurar os seus trabalhadores, transportá-los até ao local de trabalho e, dependendo das condições, de lhes pagar os salários e os custos com a segurança social e o seguro de trabalho (Rebelo et al., 2001). Estes “empreiteiros” vieram, em parte, substituir os “caseiros” e/ou “feitores” como importante elo de ligação e comunicação entre assalariados e viticultores. Mas, se, por um lado, facilitam sobremaneira a tarefa aos viticultores, também é verdade que exercem uma nova pressão concorrencial sobre a procura, com desvantagem nítida para os viticultores que se encarregam de contratar directamente a mão-de-obra necessária num determinado momento. Na verdade, os “empreiteiros”, ao contrário dos viticultores, podem garantir aos seus trabalhadores um trabalho mais contínuo e permanente.

Fenómeno muito recente tem sido a crescente oferta e procura de trabalhadores imigrantes oriundos do Leste da Europa. Estes trabalhadores, apesar de possuírem geralmente elevados níveis de instrução, não possuem competências em viticultura, sendo assim necessário fornecer-lhes, num processo de “aprender fazendo”, mas que é muito dificultado pelos seus limitados conhecimentos da língua portuguesa. Muitos viticultores estão, assim, na expectativa, até que estes imigrantes adquiram um mínimo de conhecimento da nossa língua.

Face a toda esta problemática relacionada com a escassez de mão-de-obra, os viticultores durienses têm desenvolvido estratégias tendentes a minorá-la. Uma delas passa pela intensificação de capital, primeiro com investimentos na reestruturação das vinhas, de forma a replantá-las em sistemas motorizáveis (patamares ou vinha ao alto), e depois na aquisição e utilização de tractores e alaias. Esta estratégia visa uma simples substituição de trabalho por capital, reduzindo assim as necessidades de mão-de-obra ao nível da exploração (Rebelo, 1995; Rebelo e Bianchi de Aguiar, 2000).

Uma outra estratégia passa pela ascensão na cadeia de valor através da vinificação e engarrafamento em cave própria, de forma a que, com o valor assim criado, se possa fazer face ao aumento de custos com o factor trabalho. Esta estratégia implica também uma intensificação de capital, mas ao contrário da anterior não substitui trabalho, antes pelo contrário, implica um aumento das necessidades de mão-de-obra e de capital humano para as operações de vinificação, engarrafamento e comercialização.

Estas duas estratégias não são, porém, alternativas, podendo mesmo ser complementares (Rebelo, 1995; Rebelo e Bianchi de Aguiar, 2000).

No entanto, qualquer daquelas estratégias não poderá ser seguida senão por um número limitado de explorações, pois o volume de investimento necessário implica uma elevada disponibilidade de capital e uma dimensão que permita viabilizar técnica e economicamente os investimentos efectuados. Assim, a generalidade das cerca de 40.000 explorações vitícolas durienses terão grandes dificuldades em ultrapassar os constrangimentos decorrentes da crescente escassez de mão-de-obra disponível e do constante aumento dos seus custos.

De qualquer forma, também as explorações de menor dimensão vêm adoptando estratégias tendentes a diminuir as suas necessidades de mão-de-obra, as quais passam essencialmente pela simplificação e/ou eliminação de operações culturais. Por exemplo, as mobilizações de solo tendem a ser reduzidas ao mínimo e, sempre que possível, substituídas pela aplicação de herbicidas.

O papel do Estado em toda esta problemática tem sido limitado, agindo essencialmente sobre os factores que afectam a procura de trabalho vitícola. A nível regional têm sido feitos estudos sobre sistemas de plantação e motorização. A nível nacional a acção tem passado pelos apoios financeiros concedidos pelos diversos programas de reestruturação da vinha no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio. Os factores que afectam a oferta de trabalho, por serem mais complexos, exigem da parte do Estado acções mais diversificadas e de mais longo prazo.

Nesta comunicação trataremos especificamente das relações dos jovens com o mercado de trabalho vitícola, seja como viticultores, seja como assalariados. Esta é uma questão vital, dado o envelhecimento quer de uns, quer de outros. Note-se que cerca de 65% dos produtores do Douro têm idade superior a 55 anos e perto de 40% já ultrapassaram os 65 anos, sendo uma ameaça a médio-longo prazo à sustentabilidade da viticultura na RDD, caso não se faça uma rápida substituição de gerações.

Após esta introdução, daremos genericamente conta dos itinerários de transição para a vida activa de cerca de 50 jovens e alguns dos paradoxos locais que emergem dum estudo efectuado em Santa Marta de Penaguião. Segue-se uma breve caracterização deste concelho. Trataremos depois, mais especificamente, do paradoxo expresso no título desta comunicação. A título de conclusão formulamos algumas perguntas que deixamos propositadamente em aberto para o debate.

## **Um estudo sobre jovens em Santa Marta de Penaguião: as trajectórias de transição para a vida activa e a observação de alguns paradoxos**

Esta comunicação baseia-se nos resultados obtidos num estudo qualitativo desenvolvido no concelho de Santa Marta de Penaguião (SMP), o qual faz parte dum estudo mais geral designado "Policies and Young People in Rural Development" (Portela et al, 2000). O estudo envolveu outros seis Estados-membros da União Europeia: Áustria, França, Finlândia, Alemanha, Irlanda, e Reino Unido (Escócia), tendo sido financiado pelo 4º Programa-Quadro para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico da União Europeia. O objectivo do projecto consistia em analisar os efeitos de política na inclusão ou exclusão em mercados de trabalho de jovens (16-25 anos de idade) vivendo em meios rurais da Europa.

Em ordem a explorar empiricamente a forma como os jovens interagem com o mercado de trabalho, foram efectuadas inicialmente seis entrevistas com informantes-chave e depois 46 entrevistas a jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 24 anos, todos eles residentes no concelho. Numa fase posterior, e de forma a aprofundar e integrar os problemas relacionados com a inclusão ou exclusão dos jovens de SMP no mercado de trabalho, foram efectuadas três entrevistas de grupo. Os dois primeiros grupos eram formados por jovens que haviam sido previamente entrevistados individualmente - o primeiro, com jovens protagonistas de diferentes experiências de ocupação profissional ou emprego, e o segundo, com jovens desempregados. O terceiro grupo foi constituído por sete adultos, que poderemos chamar de "actores institucionais".

Da análise dos dados recolhidos foi possível identificar diferentes tipos de percursos que enformam a transição dos jovens da escola para a vida activa. Estes percursos, muito variados e específicos, tanto podem conduzir os jovens a um emprego estável, como os podem lançar numa permanente instabilidade ocupacional e/ou exclusão do mercado de trabalho, sendo condicionadas por diferentes tipos de forças que conduzem a "pontos de viragem" nessas trajectórias. Essas forças são essencialmente: a) a iniciativa, ou seja a atitude e motivações do jovem, determinadas quer por aspectos psicológicos, quer pela socialização; b) as políticas, mediadas pela administração central e local, por instituições públicas ou por organizações privadas para as quais foram transferidas determinadas responsabilidades; c) as redes sociais, geralmente baseadas em relações de parentesco, vizinhança ou amizade, mas que podem ser também estabelecidas no âmbito de partidos políticos, órgãos do poder local

ou associações profissionais ou de outro tipo. Estas redes sociais podem ter como base a solidariedade, ou podem assumir uma natureza clientelista; 4) o mercado, que pode actuar como oportunidade de emprego, ou como um constrangimento estrutural para os jovens que terminam a vida escolar.

Para além da tipificação das trajectórias ocupacionais dos jovens e das forças que as condicionam, o estudo conduziu-nos ainda à constatação de diversos paradoxos. Dois deles dizem respeito à educação e ensino: assim, apesar da educação ser valorizada pelos adultos, uma larga proporção de jovens abandona prematuramente a escola; por outro lado, embora o facto de se completar o ensino seja visto como um meio fundamental para encontrar um bom emprego, os jovens de SMP tendem a colocar reservas ao regresso à escola.

Três outros paradoxos referem-se ao papel do Estado, das entidades oficiais e das políticas na sua relação com os jovens: na transição para a vida adulta os jovens de SMP beneficiam muito mais do apoio "local" do que do aparelho de Estado; observa-se uma relativamente alta participação social e política dos jovens, mas as entidades oficiais ignoram as suas ideias, aspirações e necessidades; para os entrevistados, quer o futuro de SMP, quer as políticas disponíveis não parecem ser promissoras, porém, os jovens preferiam ficar a residir e trabalhar localmente.

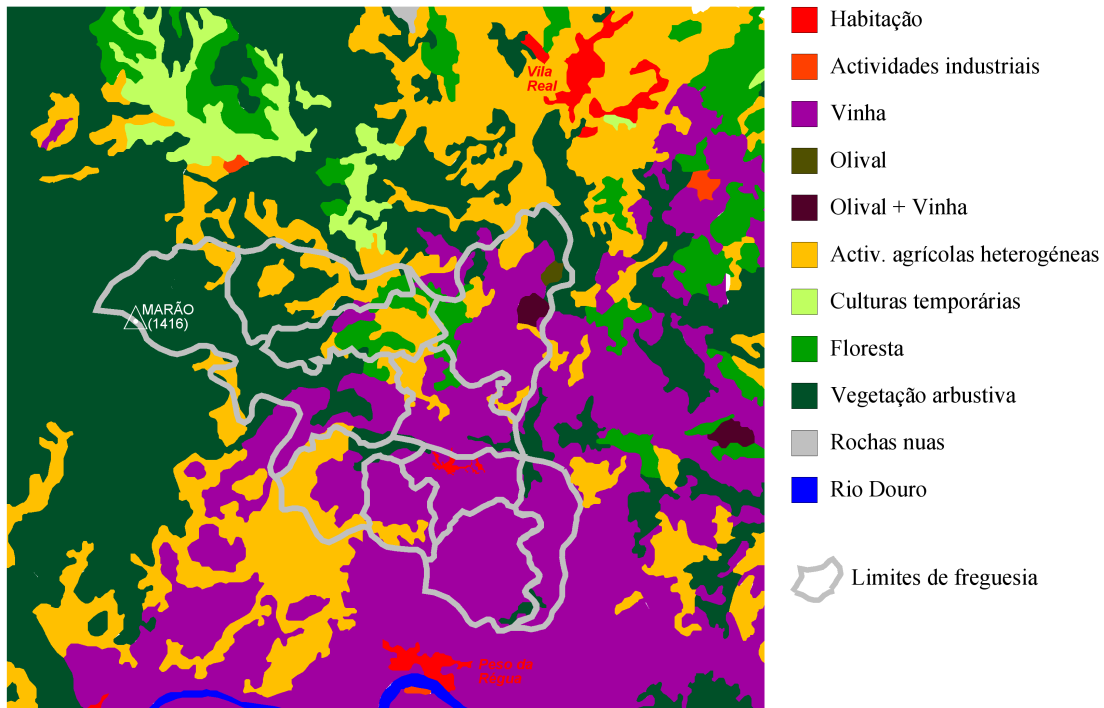
O sexto paradoxo refere-se à relação que os jovens de SMP estabelecem com a principal actividade económica do seu concelho: apesar da omnipresença da vinha, os jovens de SMP rejeitam o trabalho vitícola. Será este paradoxo que trataremos adiante, logo após uma breve caracterização do concelho de Santa Marta de Penaguião.

### **Caracterização do concelho de Santa Marta de Penaguião**

O concelho de SMP situa-se no extremo ocidental da NUTS Douro e da Região Demarcada do Douro, entre duas importantes áreas urbanas — Vila Real, a Norte, e Peso da Régua, a Sul. Apesar da proximidade física destes pólos urbanos (Cf. Figura 1) e mesmo da cidade do Porto, a apenas 100 km, existe entre os entrevistados um certo sentimento de perifericidade. Este traço psicológico saliente deriva certamente da associação das seguintes características: topografia acidentada, estradas sinuosas, deficiente sistema de transportes públicos e pequenos aglomerados populacionais.

Podemos considerar SMP como um concelho dual, na medida em que existem assinaláveis diferenças entre as freguesias da parte montanhosa, situadas no Noroeste do concelho, e as situadas na sua parte Sudeste, dominada pela cultura da vinha

(Figura 1). As primeiras têm uma menor densidade populacional, uma menor proporção do território dedicado à agricultura, menor taxa de actividade, maior preponderância de população envelhecida, sofrendo um mais acentuado decréscimo populacional (Figura 2).

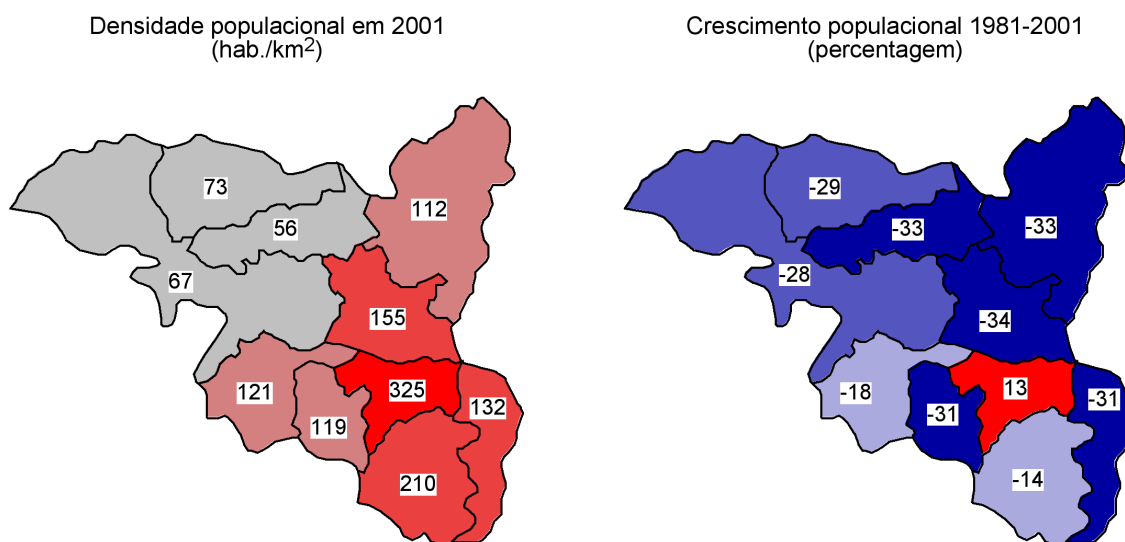


**Figura 1. Principais usos do solo na área envolvente do Concelho de SMP (1991)**  
**Fonte: Centro Nacional de Informação Geográfica**

A economia local é dominada pelo sector agrícola, que ocupa 47,4% da população activa (INE, 1991). Além disto, uma parte muito importante das actividades industriais e comerciais está inserida na fileira vitivinícola. A Adega Cooperativa<sup>2</sup>, que agrupa 1200 associados, é a maior empresa do Distrito de Vila Real, com um volume anual de negócios que ultrapassa já os 3 milhões de contos, empregando 84 trabalhadores permanentes, sendo contratados temporariamente durante as vindimas um número semelhante de indivíduos. As principais restantes actividades económicas são a construção civil e os serviços da administração central ou local, destacando-se a Câmara Municipal como outro importante empregador do concelho.

<sup>2</sup> A estrutura comercial da Adega Cooperativa de Santa Marta de Penaguião é designada Caves Santa Marta.

A importância da viticultura poder ser expressa pelo facto de 78% da SAU do concelho estar ocupada com vinha (INE, 1999), plantada em socalcos ao longo de encostas de grande declive, e bordejada por oliveiras, constituindo o principal marco da paisagem. As uvas destinadas à produção de Vinho do Porto constituem uma parte muito importante do valor criado na região e um potencial atractivo turístico. Particularmente durante a última década tem vindo a ser efectuada uma diversificação da produção vitícola, principalmente através dos vinhos DOC Douro.



**Figura 2. Dinâmica populacional nas freguesias de SMP**

Fontes: INE, XII Recenseamento Geral da População e Resultados Preliminares dos Censos 2001

As explorações agrícolas são de pequena dimensão, com uma média de 2,49 ha de SAU e 1,98 ha de vinha. Pelo facto de ser feita em encostas de grande declive e implantada em sistemas não mecanizáveis — apenas 6,6 % das explorações possuem tractor, observando-se um rácio de 30,1 ha de SAU/tractor — a cultura da vinha exige uma intensiva utilização de mão-de-obra. A relativamente elevada densidade populacional permite que se atinja um rácio muito alto de população agrícola familiar por área vitícola (1,61 hab./ha). A estrutura etária dos produtores é, porém, muito envelhecida, já que apenas 0,07% têm menos de 25 anos e 35% possuem mais de 65 anos (INE, 1999).



## O paradoxo

Um dos principais paradoxos que emergem do referido estudo sobre as relações entre os jovens e os mercados de trabalho pode ser expresso nestes termos: por um lado, a viticultura é um traço dominante da economia local; por outro lado, os jovens não a tomam como um negócio atractivo, nem como uma oportunidade de emprego interessante. Este é um aspecto incontroverso, plena e enfaticamente reconhecido por informantes-chave e por jovens entrevistados, tanto do sexo feminino como masculino. Rui<sup>3</sup>, um desses jovens, resumiu este ponto da seguinte forma:

*Pode-se trabalhar na vinha uns dias, apenas para ganhar algum dinheiro ou para conseguir alguma coisa que se deseje (por exemplo, uma motorizada). Hoje em dia ninguém gosta do trabalho na vinha: ninguém quer fazer este tipo de trabalho. Não é futuro para ninguém.*

Para um número muito limitado de casos, esta apreciação geral deve ser, de algum modo, qualificada. Apenas um entrevistado, o qual recebeu formação específica em agricultura no ramo vocacional do ensino secundário (Escola do Rodo, Peso da Régua), expressou espontaneamente algum gosto pela viticultura. No entanto, quando pressionado, não foi capaz de clarificar muito mais o seu ponto de vista. Quando se sugeriu que seria o primeiro entrevistado a mencionar algum prazer pelo trabalho na vinha, replicou:

*Gosto da vinha, mas atenção - é diferente! Gosto da vinha porque vou lá ao fim-de-semana, de vez em quando. Agora, se calhar, se fizesse da vinha a minha vida, talvez não gostasse. Se estiver a chover não vou, e se estiver muito calor também não vou. Eu gosto da vinha, mas...*

Os pontos de vista citados são plenamente consistentes com as vivências de dois jovens que participaram recentemente em cursos de Jovens Agricultores. Um desistiu ao fim de um mês. O outro viu o curso apenas como um favor aos seus pais e irmão. Caso não participasse, o projecto de reestruturação de vinhas proposto pelo pai em seu nome e no do irmão não seria aprovado e o desenvolvimento da exploração vitícola da família seria posto em causa.

---

<sup>3</sup> Utilizamos nomes fictícios para designar os entrevistados

Apesar de tanto a paisagem como a economia local serem dominadas pela vinha e pela produção de vinho, quer os jovens entrevistados, quer os seus familiares e amigos, tendem a definir um "futuro melhor" como aquele que passa por empregos completamente diferentes: por exemplo, ser militar (5 casos), empregado(a) no comércio (5 casos), educadora de infância (4 casos), enfermeiro(a) (2 casos), cabeleireira (2 casos), cirurgião veterinário, madeireiro, *designer* ou desenhador. Isto não quer dizer que a maioria deles não esteja familiarizada com a vitivinicultura ou actividades afins. Na verdade, sempre deram alguma ajuda durante as férias de Verão, e particularmente durante as vindimas, nomeadamente trabalhando na Adega Cooperativa (4 casos). Aliás, esta cooperativa é vista como um dos principais empregadores locais e alguns jovens fazem saber que ela é o símbolo de Santa Marta, devido ao reconhecimento geral da qualidade dos seus vinhos. De qualquer forma, uma visão muito comum foi bem expressa por Isabel:

*Santa Marta é um buraco. Estamos cercados por vinhas. Vinhas, vinhas e mais vinhas. Há muito poucas oportunidades de emprego aqui, e os que aparecem, de uma maneira ou outra, já estão ocupados.*

Vários factores contribuem para explicar este desequilíbrio entre oferta e procura. Primeiro que tudo, os jovens têm um conhecimento limitado sobre como cultivar e gerir vinhas de forma apropriada. De uma forma geral, não foram nem socializados nem treinados para esse tipo de trabalho. Em segundo lugar, os jovens não possuem vinhas nem estão interessados na viticultura. Ela é vista como uma possível fonte de trabalho, mas não de emprego, e certamente muito menos como fonte de um bom emprego. Mais especificamente, a vinha apenas oferece um trabalho muito árduo, desagradável, irregular e mal pago.

Hoje em dia, em SMP, um assalariado vitícola permanente ganha cerca de 2400\$00/dia, cinco dias por semana, mais os benefícios da segurança social, enquanto um trabalhador diário auferia 3.500\$00 a 4.000\$00 por dia. Alguns assalariados permanentes podem aumentar um pouco o seu rendimento trabalhando aos Sábados, recebendo então entre 5.000\$00 e 6.000\$00. A vindima proporciona salários diários mais elevados: por exemplo, em 1999, uma das jovens entrevistadas recebeu 7.500\$00/dia a cortar uvas. Em suma, o trabalho agrícola proporciona baixos rendimentos, com salários iguais ao salário mínimo nacional (61.300\$00/mês em 1999). Os baixos salários e a conseqüente incapacidade para pagar as contribuições à Segurança Social, bem como o carácter irregular do trabalho agrícola, claramente

justifica que Rita, uma mulher casada que trabalha em várias quintas como trabalhadora eventual, se considere uma desempregada de longa duração. Com efeito, tem mantido este estatuto durante vários anos no Centro de Emprego.

O trabalho agrícola é frequentemente visto como sendo indiferenciado ao longo duma vida de trabalho, não oferecendo, assim, perspectivas de carreira. Os rigores do trabalho agrícola são um facto, eloquentemente expresso nos caminhos irregulares, nas encostas abruptas e pedregosas, nos pesados cestos vindimos e na necessidade de provisão de trabalho quaisquer que sejam as condições meteorológicas. Esta dureza do trabalho é reforçada pela cultura local, pois quanto às tarefas mais leves, tal como cortar uvas, não se espera que sejam executadas por homens. O trabalho na construção civil também é árduo mas, comparado com o labor agrícola, é favorecido por um conjunto de condições, como foi referido por um jovem entrevistado: para além do salário mais elevado, muitas tarefas são executadas sob abrigo, as horas de trabalho são mais fixas, há trabalho regular durante todo o ano e é possível progredir na "carreira", desde aprendiz até empreiteiro, ou mesmo promotor imobiliário.

Ademais, os jovens não estão, compreensivelmente, inclinados para uma actividade económica que é desvalorizada em todo o lado e por toda a gente: os pais, tanto pequenos viticultores como trabalhadores agrícolas, empurram os seus filhos para outras ocupações; a escola tende a ignorar os contextos e actividades locais; a televisão sugere mais ou menos explicitamente que a agricultura já desapareceu. O baixo prestígio social associado à actividade agrícola é ainda reforçado se o papel desempenhado é o de assalariado. Isto não surpreende quando a memória colectiva da comunidade enfatiza a luta no passado para alguém conseguir trabalho, ainda que mal pago: frequentemente o rendimento obtido não dava para mais do que uma tigela de sopa e uma sardinha num naco de pão. Como referiu Rosa, uma das informantes-chave:

*De facto, trabalhar na vinha era terrível(...). Não admira que as vinhas fossem vistas através da cabeça duma sardinha.*

Certamente, os velhos tempos acabaram. Situações inimagináveis no passado podem ser vistas frequentemente hoje - tais como um assalariado chegar à vinha no seu automóvel de segunda-mão, munido do seu próprio telemóvel. As relações sociais também mudaram profundamente. Como refere Luís, um outro informante-chave:

*Hoje é tremendamente difícil contratar assalariados para a vinha. Os proprietários têm que os tratar com respeito total e apropriado (...) de contrário, correm o risco de não terem trabalhadores nos dias seguintes, ou por toda a semana seguinte.*

Apesar da mudança social por que passou SMP durante as últimas décadas e não obstante os actuais bons resultados e perspectivas do sector vitícola, a memória colectiva continua viva. Actualmente em SMP, o trabalho na vinha ainda é visto como uma "punição", particularmente apropriada para aqueles que não têm aproveitamento escolar. A maioria dos rapazes e raparigas desejam escapar-lhe, mas a simples menção a essa possibilidade pode ser usada como ameaça. Também nos foi referido que muitas mães não poderiam conceber que as suas filhas sofressem uma tal punição. Ana, uma jovem desempregada forânea, casada numa família de SMP, quando mostrou interesse em trabalhar como assalariada vitícola, foi desaconselhada pelo seu marido, pois quer o estatuto deste, quer o do seu sogro, localmente considerado um "homem rico", poderiam ser seriamente afectados. Inês, uma jovem de 23 anos, filha de um construtor civil, expressou inequivocamente este mesmo ponto de vista quando se referiu à sua "vergonha" por ter trabalhado nas vinhas da família quando era adolescente.

Alguns informantes, de alguma forma envolvidos na actividade vitícola e que podem vir a herdar vinhas, sugeriram que poderiam imaginar várias opções relativamente a esta potencial herança: vender a sua parte a outros herdeiros e/ou outros interessados; continuar a actividade vitícola em regime de part-time; ou uma combinação de ambas. Contudo, por vários motivos, o principal dos quais será a pequena dimensão das explorações, a viticultura tende a ser vista como uma actividade nada atractiva. E assim é, mesmo para os três jovens que tiveram formação específica em agricultura, no ensino secundário vocacional. Um deles tem um emprego administrativo na Câmara Municipal, o segundo deseja ser guarda florestal e o terceiro aspira a tornar-se polícia, ou professor de educação física, após completar o serviço militar. Paulo, um jovem de 17 anos que se mostrou familiarizado com operações em mercados financeiros, afirmou que estes oferecem seguramente melhores oportunidades de fazer crescer o dinheiro rapidamente do que a produção vitivinícola. Vê-se como um futuro polícia ou enfermeiro, mas, seguramente, não como agricultor, nem mesmo a tempo parcial. Também admitiu a possibilidade de investir no mercado de acções o dinheiro proveniente duma futura venda de alguma terra que herde<sup>4</sup>. As

---

<sup>4</sup> A entrevista foi realizada numa conjuntura de subida acentuada dos índices da bolsa

raparigas também parecem prontas a vender a terra que venham a herdar. Lúcia, por exemplo afirmou:

*A minha mãe herdou vinhas, mas eu não quereria tomar conta delas. Absolutamente, não. Portanto, já estou a avisar os meus pais para não alimentarem quaisquer ilusões sobre isso.*

Podemos, pois, concluir que os pontos de vista, palavras e actos dos jovens entrevistados em SMP relativamente ao futuro do Douro, contrastam fortemente com o discurso dos adultos, os quais realçam o potencial económico da região, a sua beleza e quietude. Na verdade, os dados recolhidos levou-nos a admitir que os jovens que vivem em SMP acreditam que a vitivinicultura "não é futuro para ninguém".

### **A título de conclusão, cinco perguntas**

Os dados (gerais e específicos) já conhecidos mais os acabados de expor levam-nos a colocar várias questões: sem jovens envolvidos na vitivinicultura qual será o futuro da região? O lugar que caberia aos jovens de SMP virá a ser ocupado por jovens "novos rurais", oriundos dos centros urbanos? Assistiremos a uma alteração substancial da estrutura fundiária através de aquisições por parte das grandes empresas do sector? Relativamente ao desenvolvimento regional e local, qual o papel da escola e dos decisores políticos nos vários níveis da administração? No quadro duma economia globalmente feroz e no prazo de uma a duas gerações, desaparecerá a vitivinicultura duriense?

### **Bibliografia**

- Almeida, J.N., Bianchi de Aguiar, F., Magalhães, N., 1982, *Mecanização das Vinhas de Encosta - Contribuição Para o Estudo da Vinha ao Alto*, ADVID, Régua.
- Azevedo, J. e Bianchi de Aguiar, F., 1990, "Dados Sobre a Produtividade da Mecanização na Região Demarcada do Douro", *6ª Relatório Anual de Actividades*, ADVID, Régua, pp. 43-48.
- Comissão de Coordenação da Região Norte, 1982, *Memorial do Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes e Alto Douro*, Porto.

INE, Recenseamento Geral Agrícola, 1999

INE, XIII Recenseamento Geral da População, 1991

Portela, J., 1999, Do (Sub)desenvolvimento do Douro: Um Rol de Perguntas, *Douro - Estudos e Documentos*, vol. IV (8), pp. 11-18.

Portela, J., Gerry, C., Marques, C., António, P. e Rebelo, V., 2000, *Young People: From Vocational Dreams to Pragmatism - Policies and Young People in Rural Development, National Report, Santa Marta de Penaguião Study Area, Portugal*, DES/UTAD, Vila Real.

Portela, J., Rebelo, V., 1997, O PDRITM na RDD: Contribuição para a Avaliação da sua Execução e dos seus Efeitos Imediatos, *Douro - Estudos e Documentos*, vol. I (3), pp. 159-182.

Rebelo, J., Marques, C., Rebelo, V., Ribeiro, M., Teixeira, M. S., 2001, *Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro – Caracterização Sócio-Económica*, DES/UTAD, Vila Real

Rebelo, V. e Bianchi de Aguiar, F., 2000, Les Dynamiques de la Viticulture de la Vallé du Douro, *Viticulture de Montagne*, nº 11, CERVIM, Aosta, pp 5-12.

Rebelo, V., 1995, *Estrutura Fundiária, Mão-de-Obra e Tecnologia na Viticultura Duriense – Um Estudo das Dinâmicas Locais Recentes*, DES/UTAD, Vila Real.